

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXI • Nº 315 • Brasília-DF • Maio - 2009
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625



Os Guarani realizam
intercâmbio
cultural

Página 6

Cimi lança relatório
de violência contra
povos indígenas

Página 11

Acampamento Terra Livre 2009

REIVINDICAR E PROSSEGUIR NA LUTA

O VI Terra Livre traz a Brasília mais de mil indígenas para exigir
seus direitos e aprovar uma proposta de Estatuto

Páginas 8 a 13

Mobilizar os povos indígenas na defesa de seus direitos

A realização do Acampamento Terra Livre (ATL), no início do mês de maio deste ano, representou mais um expressivo esforço de mobilização e articulação dos povos e das organizações indígenas.

Com a participação de cerca de 1.200 representantes de 130 povos indígenas, foi possível analisar as propostas de emendas da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), para o Estatuto dos Povos Indígenas, paralisado na Mesa da Câmara dos Deputados há 14 anos e 5 meses, além de outros problemas conjunturais.

Com a maior participação de representantes indígenas desde sua primeira edição, este ATL demonstra a importância desta iniciativa das organizações indígenas, com o apoio de entidades indigenistas, parlamentares e diversos aliados tem para com os povos indígenas no Brasil.

Trata-se de momento privilegiado em que lideranças indígenas se reúnem para analisar e consensuar seus projetos políticos.

O Cimi alegra-se em colaborar com este grande esforço dos povos e das organizações indígenas, como se verificou nas outras mobilizações, e como ocorreu neste ano, por intermédio do transporte de algumas delegações para Brasília e apoio técnico e institucional.

No contexto conjuntural que resultou do julgamento no STF do processo contra a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, fixando 19 condições, a mobilização dos povos indígenas representa a percepção sobre a relevância de aprimorarem suas formas próprias de articulação, tendo em vista as reações no Congresso Nacional, no Poder Judiciário e as pressões sobre os órgãos da administração pública federal, para que as demarcações das terras indígenas sejam paralisadas.

Contra as propostas anti-indígenas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que pretendem submeter a demarcação das terras indígenas à prévia autorização do Senado ou do Congresso Nacional, ou mesmo prevendo a possibilidade

do Congresso rever demarcações já realizadas, além da permanente tentativa de setores parlamentares, com apoio de parcela do governo federal, no sentido de regular a exploração de minérios em terras indígenas em lei específica, o movimento indígena aponta o desafio de que o Poder Legislativo e as forças políticas no país enfrentem a adequação da legislação indigenista aos parâmetros da Constituição de 1988, considerando os avanços da Convenção 169 da OIT e da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

No mesmo sentido, os povos indígenas reafirmaram a urgente necessidade de demarcação das terras dos Kaiowá/Guarani, no Mato Grosso do Sul, como a atenção sobre o processo de interesse dos Pataxó Hã-Hã-Hã no STF.

Neste contexto, o Cimi reafirma sua satisfação e disposição em manter-se como aliado, em apoio à afirmação dos direitos e interesses autônomos dos povos indígenas no Brasil.

Eden Magalhães

Secretário executivo do Cimi

MARIOSAN



Porantinadas

68 mortes: um número bom!

Ao criticar o Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas, divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Danilo Forte, soltou que 68 mortes de indígenas por desassistência à saúde é um número bom. “Em um universo de 500 mil índios, se tiverem morrido só 68 por falta de assistência – não é bom ninguém morrer – é um número bom”, falou e disse o homem que nunca precisou ou precisará dos serviços da Funasa!

Racismo!

José de Anchieta Júnior, governador de Roraima, deixou muito claro o que pensa sobre os índios de Roraima e conseqüentemente do Brasil, no dia da saída dos não-índios de Raposa Serra do Sol (30 de abril): “Aquilo vai se transformar num verdadeiro zoológico humano. Sem a menor condição de sobrevivência, sem contato com o branco, o que vamos ver lá serão animais humanos”.

EXPOSIÇÃO

Povos Indígenas do Maranhão

A Pastoral Indigenista da Diocese de Grajaú-MA, em parceria com o Cimi e a Associação Carlo Ubbiali realizou uma Exposição sobre os Povos Indígenas do Maranhão. O objetivo principal era despertar, principalmente na sociedade envolvente, um novo olhar para a questão indígena. A Exposição foi realizada em duas cidades: Arame (13 a 16 de abril) e em Grajaú (20 a 24 de abril). No olhar dos indígenas que visitaram a exposição um brilho diferente: eles estavam se reconhecendo naquelas imagens, naqueles objetos, painéis, como a dizer para o mundo: “Sim, nós existimos”!

ISSN 0102-0625

PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Edição fechada em 21/05/2009

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

APOIADORES

caritas

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Maíra Heinen
EDITORA - RP 2238/GO

Marcy Picanço
EDITORA - RP: 4604/02 SP

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz
Benedito Prezida

Egon D. Heck
Nello Ruffaldi

Paulo Guimarães
Paulo Suess

Editoração eletrônica:
Licurgo S. Botelho
(61) 3034-6279

Impressão:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

Administração:
Dadir de Jesus Costa
Página 16: Fotos/Arquivo Cimi
com seleção de Aida Cruz

Redação e Administração:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651
Caixa Postal 03.679

CEP: 70.089-970 - Brasília-DF
E-mail: editor.porantim@cimi.org.br
Cimi Internet: www.cimi.org.br
Registro nº 4, Port. 48.920,
Cartório do 2º Ofício
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 40,00
Ass. de apoio: R\$ 60,00
América latina: US\$ 40,00
Outros Países: US\$ 60,00

Os ataques aos direitos constitucionais dos povos indígenas no congresso nacional

Cláudio Luiz Beirão
Assessor Jurídico do Cimi

Foto: Egon Heck



Enquanto mais de mil lideranças representantes de 130 povos indígenas do país reuniam-se em Brasília, em seu 6º Acampamento Terra Livre, alguns parlamentares (deputados e senadores) tentavam aprovar proposições legislativas para dificultarem a aplicação dos direitos dos povos indígenas. Na Esplanada dos Ministérios, os indígenas tinham o propósito de discutirem, entre outros temas, propostas para a elaboração de um novo estatuto que avance nas conquistas dos direitos já assegurados na Constituição de 1988 em substituição à desatualizada Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio).

Na Câmara dos Deputados, oito líderes de partidos (PC do B, PMDB, PT, PDT, PSB, PPS, PSDB e DEM) solicitaram, por meio do Requerimento nº. 4715/2009, que o Projeto de Lei nº. 4791/09 tramitasse em regime de urgência, ou seja, não fosse analisado nas comissões permanentes e levado imediatamente para ser apreciado pelo Plenário daquela casa. Este PL é de autoria dos deputados federais Aldo Rebelo (PC do B-SP) e Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e tem como proposta submeter ao Congresso Nacional a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas.

A iniciativa daqueles líderes partidários (do governo e da oposição) foi interpretada como uma provocação aos indígenas acampados na Esplanada dos Ministérios e uma séria ameaça à concretização do direito constitucional de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas.

Foi graças às ponderações da deputada Federal Perpétua Almeida (PC do B-AC) junto ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), que o referido requerimento não foi submetido à deliberação do plenário naquela semana.

Um outro dado importante nessa manobra foi o fato de ter sido apensado ao PL de Aldo Rebelo e Ibsen Pinheiro um outro PL de nº 4891/09 de autoria do deputado Roberto Magalhães (DEM-PE), que prevê a possibilidade do Congresso rever as demarcações já realizadas pelo Poder Executivo. Dessa forma, os dois projetos tramitam juntos no Congresso Nacional, e pode ser apre-

ciado direto no Plenário, sem passar por comissões permanentes.

Ainda durante o Acampamento Terra Livre, no Senado tentava-se retomar a apreciação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 38/99, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que submete ao Senado a demarcação das terras indígenas. O relator daquela PEC, senador Valter Pereira (PMDB-MS), apresentou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) seu parecer e a matéria entrou em regime de votação, tendo sido suspensa em razão de pedido de vista dos senadores Aloísio Mercadante (PT-SP) e Jayme Campos (DEM-MT).

O primeiro é autor do PL 2.057/91 que dispõe sobre o novo estatuto para os povos indígenas, parado na Câmara dos Deputados há mais de 14 anos, já o senador do Mato Grosso, que se intitula empresário rural, fez recentemente pronunciamento contrário à demarcação da terra indígena Kayabi, habitada pelos Munduruku, Apiaká e Kayabi, que abrange áreas dos Municípios de Apiacás - MT e de Jacareacanga-PA. Sendo assim, observa-se que motivos diferentes fizeram com que a PEC do Mozarildo não fosse apreciada na CCJ em pleno 6º ATL.

Essas duas tentativas devem ser consideradas como uma das reações dos setores antiindígenas à derrota sofrida por eles no julgamento da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol em março deste ano. Esses mesmos parlamentares nos dias seguintes ao julgamento foram aos respectivos plenários e fizeram duros

pronunciamentos contrários à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, por maioria, confirmou a homologação daquela demarcação e determinou a retirada imediata dos ocupantes não índios.

Derrotados no Poder Executivo que, apesar de todos os conflitos e contradições internas, homologou aquela terra indígena em Roraima e agora no Judiciário que, mesmo com toda pressão, reconheceu a idoneidade dos estudos antropológicos.

Só restou ao agronegócio e aos outros invasores de terras indígenas, articular os parlamentares no Congresso Nacional para apoiarem a imediata aprovação daquelas proposições que usurpam dos outros poderes as atribuições de demarcação das terras indígenas e agora de rever esses atos administrativos legitimamente efetivados, como propõe o deputado Magalhães (DEM-PE) no PL 4891/09, como se tivesse poderes próprios de órgão do Judiciário.

Na Câmara essa movimentação de levar dois PLs direto para o Plenário demonstra que não há interesse desses políticos em debater suas propostas com seus pares ou os demais cidadãos, especialmente os indígenas. Querem apenas aprovar uma regra que possa dar a eles mais poderes frente aos outros dois, quebrando a regra do "Sistema de freios e contrapesos" que é a forma pela qual os três poderes se regulam, a fim de evitar abusos.

O caso do Senado é preocupante, pois a PEC nº 38 é de autoria de um

dos parlamentares que foi autor da ação popular derrotada no STF. Ou seja, não tendo sucesso no Judiciário, local próprio para fazer o controle externo do ato administrativo de demarcação, recorre aos seus colegas para aprovar sua proposta parada há anos naquela casa legislativa. Para se ter uma idéia dessa movimentação, o relator dessa PEC na CCJ, senador Ademir (PMDB-MS), passou dias ocupando o Plenário para criticar a decisão do STF no caso Raposa e a política de demarcação do Governo Federal.

A inconstitucionalidade das proposições

Estas proposições legislativas sofrem de uma mesma mazela: investem como verdadeira epidemia legislativa contra o princípio constitucional da separação dos poderes. Por isso são proposições inconstitucionais, pois tentam destruir uma cláusula pétrea - disposição que não pode ser mudada - da Constituição de 1988, o que não pode ocorrer nem em forma de Emenda Constitucional.

A demarcação de terras indígenas é atribuição do Poder Executivo Federal por determinação constitucional, uma vez que cabe à União realizar essa atividade. Não faz parte da lista de atribuições do Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas, nem qualquer participação, seja de autorização, controle ou fiscalização, em qualquer das fases desse procedimento administrativo. Um exemplo é o que ocorre em relação à exploração e o

Indígenas vão ao Senado Federal exigir que seus direitos sejam respeitados e pedir ação de parlamentares que apóiam a causa indígena

➔ aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas, prevista no art. 49, XXI da CF, mas que foi determinada pelo poder constituinte originário (Assembléia Constituinte de 1987/1988) e somente ocorrerá após fixação de condições específicas, previstas em lei.

No sistema de separação dos poderes adotado pela Constituição de 1988, cabe ao Poder Executivo escolher o melhor caminho para o exercício das atividades administrativas no interesse público e na satisfação dos direitos fundamentais de todos, subordinando-se a um controle interno de legalidade.

O Legislativo e o Judiciário são dotados de poderes de fiscalização como controladores externos, mas com qualidade diversa. O Judiciário, se provocado, no desempenho de sua atividade de fiscalização verifica a compatibilidade do ato administrativo com as normas jurídicas (Constituição,

Lei, Decretos etc.). Já o Poder Legislativo exerce a função de controle-fiscalização, mas não pode produzir julgamentos acerca da legalidade dos atos administrativos do Executivo, além daqueles casos previstos na Constituição, como o julgamento anual das contas desse Poder. As demarcações de terras indígenas não sofrem esse tipo de controle-fiscalização do Legislativo feito após a realização do ato, pois não foi determinado pelo constituinte originário.

Se for admitida a possibilidade do Congresso Nacional aprovar as demarcações de terras indígenas significará a quebra do princípio da separação dos poderes e concentrará no Poder Legislativo as atribuições de executor e fiscalizador, uma função administrativa que é constitucionalmente reservada ao Poder Executivo. No caso do PL nº. 4891/09 do deputado Magalhães (DEM-PE), será permitida a “invasão”, também, da competência do Poder Ju-

diciário, órgão que pode julgar se o ato administrativo ocorreu em desarmonia com as normas jurídicas.

Despertar é preciso

As forças políticas antiindígenas no Congresso Nacional, que pretendem usar estas propostas como uma forma de parar as demarcações parecem contar, atualmente, com aliados em todos os setores, dentro e fora do governo, até entre partidos políticos com históricos de luta em defesa dos povos indígenas. Todos eles parecem unidos na proteção de um projeto econômico desenvolvimentista que exclui os quilombolas, os trabalhadores rurais sem-terra, as comunidades tradicionais e os povos indígenas, para beneficiar e aumentar o lucro do Capital que os financia e que pode garantir a permanência deles no poder e no controle político do Estado brasileiro.

Se a problemática indígena não é importante para o atual governo fede-

ral, eles precisam ao menos ficar atentos em relação ao perigo da aprovação destas propostas quanto à usurpação de atribuição. Pois, uma vez admitidas e transformadas em normas jurídicas, essas propostas irão submeter qualquer procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas às barganhas políticas, prática comum nas relações distorcidas entre o Legislativo e o Executivo. Diante desse quadro, deve o governo Lula, legitimamente, articular sua bancada no Congresso para rejeitar estas propostas inconstitucionais.

Parodiando o poeta russo Maiakovski, no poema “Despertar é preciso” podemos dizer que, hoje, eles querem controlar as demarcações das terras indígenas, e o Executivo não diz nada. Amanhã irão impedir que o governo realize qualquer simples ato administrativo, e o Executivo continuará calado. Até que um dia o governo ficará totalmente refém do Legislativo, e agora o Chefe do Executivo já não poderá dizer nada. ■

Tikuein, entxeiwi

José Bessa Freire
Jornalista

“O homem que falava com o espelho”. Esse podia ser o título, mais apelativo, da crônica de hoje. O homem é Tikuein, um índio Xetá, da aldeia São Jerônimo, norte do Paraná. Na língua dele, “bom dia” é “Entxeiwi”, saudação com que, diariamente, iniciava uma longa conversa com o espelho. “Ninguém me entendia, pensavam que eu tava ficando doido” - disse. É que ninguém na aldeia falava Xetá: só falavam Guarani e Kaingang. Então, ele não tinha com quem trocar idéias no seu próprio idioma. Conversar com o espelho foi a estratégia que encontrou para ativar a memória e manter a língua viva. O espelho respondia: “Entxeiwi, Tikuein”.

Mas o espelho, um dia, calou: Tikuein morreu. A trágica imagem do ‘outro’, refletida, se dissipou. E o som da língua xetá? Deixou de ser ouvido? Não. Claudemir, filho de Tikuein, está vivo e levantou a bandeira do pai. Participou nessa semana da Conferência Regional Sul de Educação Indígena, em Faxinal do Céu (PR). No evento, saudou o público em seu idioma: “entxeiwi”. Conversei com ele ontem. Contou o que aconteceu com a língua e com o povo Xetá, o que talvez nos ajude a compreender melhor o Brasil e nos aproxime mais de nossa humanidade - coitadinha! - tão distante e perdida.

O povo Xetá

Os Xetá eram conhecidos também como Botocudo, porque usavam um bo-

toque de resina de pinheiro. Viviam no noroeste do Paraná, ao longo da margem esquerda do rio Ivaí e seus afluentes. As primeiras notícias dadas, em 1842, pelo Barão de Antonina, em carta ao Ministro da Guerra, elogiam os teares e os tecidos de algodão que fabricavam. Depois disso, a política do governo imperial incentivou a implantação de colônias estrangeiras nas terras indígenas, assaltadas por expedições, que queimavam aldeias e aprisionavam os moradores.

Outros índios - os Kaingang - cujas terras também haviam sido invadidas por fazendas de gado, acudados, ocuparam parte do território tradicional dos Xetá nas matas do rio Ivaí, desalojando-os. Segundo o historiador Lúcio Tadeu Mota, “muitos Xetá acabaram prisioneiros dos Kaingang”. Os que fugiram da truculência dos fazendeiros e dos Kaingang, subiram as montanhas entre o Ivaí e o Corumbataí, e tomaram um chá de sumiço.

No entanto, na década de 1950, o Governo do Paraná, sem qualquer escrúpulo, entregou as terras indígenas às companhias colonizadoras. Os Xetá - a última etnia do Paraná a entrar em contato com o Estado Nacional - foram perturbados de novo por fazendeiros que, dessa vez, queriam plantar café. O resultado foi trágico, segundo a antropóloga Carmen Lúcia da Silva: “estupros, envenenamentos, transferências de famílias para outras áreas indígenas, roubo de crianças, dispersão de famílias inteiras que eram colocadas sobre caminhões das Companhias Colonizadoras e soltas a esmo em locais desconhecidos até hoje”. Tratamento que não se dá nem aos bichos.



Foto: Cimi Sul/Equipe Paraná

A língua Xetá

O século XXI começa com apenas três sobreviventes, que falavam fluentemente a língua Xetá: Tucanambá José Paraná, falecido em 2008, com 64 anos; Coein Manhaai Nhaguká, atualmente com 75 anos, vítima de um acidente vascular cerebral que o deixou sem fala; e Tikuein, conhecido também como José Luciano da Silva, que morreu como viveu: lutando pela língua. No dia 9 de dezembro de 2005, ele estava em Brasília, registrando dados do idioma Xetá no Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, quando sofreu um derrame fulminante. Deixou a viúva, que não é índia, e 12 filhos.

Um deles, Claudemir, de 30 anos, professor em uma escola indígena, me contou que sua língua materna, aprendida no colo da mãe, é o português. Mas desde pequeno, aos sete anos, acompanhava sempre o pai, com quem foi aprendendo algo de Xetá: “Aprendi o básico, o feijão-com-arroz” - ele diz. Claudemir fala também o Kaingang, língua materna de sua mulher.

A estratégia para a língua Xetá não morrer dispensa, agora, o uso do espelho. Claudemir tem com quem conversar: seus irmãos. Quase diariamente, mas especialmente nos fins de semana, eles se reúnem na casa da mãe e procuram conversar em Xetá. Quem sabe mais, vai ensinando aos outros.

Os inquilinos

Outro filho de Tikuein, Júlio César, de 22 anos, participa da nossa entrevista, ao lado do irmão Claudemir. Os dois lembram algumas histórias contadas pelo pai, uma delas fala de uma onça que estraçalhou uma índia que havia ido catar jabuticaba no mato. O avô deles, Man, preparou uma armadilha para o bicho, conseguindo matá-lo a golpes de borduna - “êditxá”, na língua xetá. “Não sei se a escrita está certa” - ele diz.

“Quem colocou nomes em todos os animais e em todas as plantas fomos nós, os índios”, conta um amigo de Tikuein, Carlos Cabrera, professor guarani que também se fez presente

A memória do povo Guarani foi atacada em São Gabriel-RS!

Maurício da Silva Gonçalves
Coordenador da CAPG*

Nosso Povo Guarani desde a colonização portuguesa e espanhola sofre perseguições, massacres, confinamentos e tem seus direitos territoriais originários e constitucionais negados pelo poder público. Nós somos tratados como se fossemos os restos de um povo ao qual, para as nossas famílias viverem, vêm sendo destinados alguns metros de terra, que na maioria das vezes são devolutas, nas margens das estradas,

sobre os barrancos, na beira de sangas poluídas e/ou em pequenas capoeiras próximas de grandes fazendas. Por nos tratarem como restos nos destinam as pequenas sobras de terras que pelos brancos são desprezadas. E não raras as vezes dizem que somos preguiçosos, que não queremos trabalhar e que vivemos como bichos. Mas quando decidimos retomar terras que são nossas, se reivindicamos direitos, se exigimos do poder público que nos respeite e demarque nossas terras então somos tratados com arrogância e dizem que somos manipulados por terceiros.



Foto: Cleber Giovane

Mas, apesar desta realidade tão adversa, nós somos um grande povo que resiste ao modelo de dominação dos brancos e nos colocamos contra as suas estruturas de poder e de fazer política. Nós acreditamos na nossa força e na nossa cultura, por isso resistimos aos massacres, à catequização forçada, à escravização de nossos antepassados, às guerras contra nosso povo, que foram impostas porque queríamos viver em paz nas nossas terras. Resistimos e vivemos construindo história, embora esta seja negada por aqueles que fazem livros. E assim como os brancos têm seus heróis nos seus livros de história, nós também temos os nossos, mas os nossos os brancos dizem que são pequenos, não aparecem em seus livros, nas suas histórias, e quando aparece um de nossos heróis, em função de sua luta com o seu povo, os brancos também querem dominar o seu significado e se apropriar de seu simbolismo. Roubaram-nos a vida, roubaram-nos os direitos, roubaram nossas terras e querem tomar conta de nossos heróis.

E isso está acontecendo no município de São Gabriel, Rio Grande do Sul, local onde um dos nossos heróis, o Sepé Tiaraju, e milhares de outros lutadores Guarani foram massacrados, no ano de 1756, por soldados da Espanha e Portugal e foram massacrados porque estavam defendendo a terra, a nossa mãe terra que, já naquele momento da história, era atacada, maltratada e roubada pelos colonizadores que vinham da Europa. Mataram milhares de Guarani e hoje nós lembramos deles, porque são parte de uma mesma história que vivemos, só que em outro tempo. Lembramos de Sepé Tiaraju pela sua coragem e valentia. Mas os brancos, que são herdeiros dos invasores de nossas terras, querem este herói para si e dão a ele um outro rosto, que não é o rosto Guarani. E os brancos fazem isso porque têm medo do índio, do Guarani de hoje e por causa do medo estão preocupados com o que pretende-

mos fazer resgatando a memória daqueles que lutaram pelas nossas terras, as mesmas que eles ocupam.

Por medo, os brancos possuidores de grandes extensões de terras na região de São Gabriel, mandaram o prefeito do município derrubar o monumento erguido em homenagem ao Sepé Tiaraju e aos demais Guarani chacinados em 1756. Eles têm medo e por isso querem apagar da memória as culpas que carregam sobre as costas naquelas terras. Mas a nossa memória não vai ser apagada por causa do medo dos fazendeiros. A nossa existência é mais rica e antiga que a deles, nossa memória é religiosa, está ligada a Ñanderu, que nos ilumina, nos dá força e coragem. E com Ele estaremos lutando por uma outra maneira de viver.

Esta cultura dos brancos, que chamamos de juruá, de fato não serve como modelo para o mundo de ninguém e é por isso que os Guarani lutam por uma terra sem males, onde não existirá nem maiores e nem menores, onde todos seremos filhos da mesma terra mãe. A mãe terra que está sendo consumida pela fumaça das usinas, dos carros, que está sendo contaminada com os venenos das fábricas e plantações, que está sendo tratada como mercadoria para ser consumida e depois não restará mais nada dela.

Nosso povo luta e continuará a lutar pela terra. De nosso modo, com paciência, mas com a força sagrada de nossos velhos, nossos Karaí, as Kunhã Karaí, que nos ensinam a viver, nos aconselham a sermos bons com todas as pessoas, a tratar todos com igualdade. E seguiremos, andando, procurando por nossa terra, construindo nosso bem viver e exigindo das autoridades que cumpram com seu dever de demarcar as terras que as leis dos brancos, escritas pelos brancos, determinam que esse nosso direito deve ser assegurado. ■

na Conferência em Faxinal. Carlos, que mora na mesma aldeia de São Jerônimo, lembra das conversas mantidas com seu amigo, em português, mas recheadas de palavras em Xetá e em Guarani, sobretudo os nomes de ervas e plantas medicinais.

Tikuein, que perdeu cedo seu pai, migrou pra cidade, morou em Pinhalzinho. Depois, foi para a aldeia São Jerônimo, onde era o único falante de Xetá, no meio dos Guarani e Kaingang. Foi aí que, diariamente, fazia confidências ao espelho, lembrando histórias da criação do mundo Xetá e da origem das plantas e animais. Até que a antropóloga Carmen Lúcia o localizou, promovendo o encontro dele com os outros dois Xetá, num lance carregado de muita emoção. O espelho foi, enfim, aposentado.

Em agosto de 1997, o Instituto Socioambiental (ISA) promoveu em Curitiba o “Encontro Xetá: sobreviventes do extermínio”, reunindo os que vivem dispersos, como inquilinos, em diferentes aldeias, “longe de seu território e impedidos de compartilhar os códigos de sua cultura, língua, organização social”. Hoje, só em São Jerônimo, são 35 famílias, com mais de cem pessoas. Eles iniciaram processo

judicial para recuperar a terra e poder viver em paz em sua “apoeng”, de onde saíram contra sua vontade. Querem uma escola própria, onde possam falar e cantar em língua Xetá, ameaçada de extinção.

A extinção é um risco permanente para as línguas indígenas, devido ao reduzido número de falantes e ao uso social restrito. Não existe literatura escrita nessas línguas, nem espaço na mídia. Em cinco séculos, mais de mil línguas indígenas desapareceram do mapa do Brasil. Cadê os poetas, os cantores, os rezadores, os sábios, os contadores de histórias? Onde as narrativas do vento, que explicam os mistérios do mundo?

Tikuein, esse “doido” solitário, diante do espelho, nos comove, porque carrega, sozinho, sobre os seus ombros, o peso de um patrimônio imaterial da humanidade: a língua Xetá, os conhecimentos e a poesia que ela transporta, além das lembranças, quase sempre dolorosas. Daqui, longe de tua aldeia, nós te dizemos: “Entxeiwi, Tikuein”. Tua língua, mesmo pendurada em um fiapo de esperança, permanece viva.

Encontro em 2007

Há cerca de 2 anos, a equipe Paraná do Regional Cimi Sul realizou o Encontro do Povo Xetá. Em Guarapuava. Foram 3 dias de encontro, reunindo mais de 80 indígenas. Eles conversaram sobre o passado, analisaram o presente e tomaram decisões para o futuro do povo. Também neste encontro fizeram um estudo sobre a regularização das terras Xetá e reivindicaram um programa governamental para o fortalecimento da língua. ■

* CAPG - Coordenação e Articulação do Povo Guarani do Rio Grande do Sul

Monumento em homenagem à Sepé Tiaraju: agora apenas os pedaços

O grande intercâmbio Guarani

Treze lideranças dos Povos Guarani Kaiowá-Pai Tavyterã, Avá-Ñandeva e Mbya visitaram 14 aldeias guarani, no Brasil, Paraguai e Argentina.



Fotos: Egon Heck

Egon Heck
Coordenador Regional Cimi - MS

Foram mais de três mil quilômetros numa verdadeira maratona durante 10 dias. A idéia do Intercâmbio partiu dos próprios Guarani e seus intercâmbios continentais e por outro lado de instâncias de solidariedade e apoio, como Ministério Público, universidade e entidades indígenas. Um caminhar pela realidade de dor e esperança, de luta e celebração da vida, em meio ao capim ou mata ou à beira da estrada. À beira de rios ou nas periferias das cidades, os Povos Guarani são presença e esperança na América do Sul. Caminhar é preciso. “O contato vai nos fortalecer politicamente”, afirmou Joaquim, Guarani Avá-Ñandeva, do Mato Grosso do Sul.

Os treze olhares dos Guarani Kaiowá-Pai Tavyterã, Avá-Ñandeva e Mbya eram atentos pelos extensos caminhos da outrora mata atlântica ou cerrado. No Brasil, a floresta nativa era quase inexistente e havia muita gente ao longo do caminho. No Paraguai os restos de mata estão sendo devorados pelo agronegócio (em grande parte de brasileiros), precipitando-se sobre o que resta de mata nas terras Guarani. “Maquinas del diablo”, diria Mariblanca ante o cenário de destruição. Na Argentina, o verde vai mudando de tom e nome. A mata nativa vai ao chão brotando em seu lugar o pinus e eucalipto, denominados de “símbolos do imperialismo”, pelo companheiro Egidio. A rica biodiversidade da mata atlântica vai sucumbindo ao monótono cenário das enfileiradas e sufocantes arvores de pinus. Algumas araucárias solitárias denunciavam a devastação.

Era uma alegria para os caminhantes Guarani, quando entravam nos caminhos de mata. Onde ainda existia caça, peixe. Logo iam reconhecendo grande quantidade de plantas medicinais. Iam recolhendo cascas e

sementes. Era um reencontro com o passado. A caminhada se transforma em leve andar nas sendas de vida, da terra sem males. Era revisitar espaços de sobrevivência. Flutuar no sonho do futuro. Mas logo voltavam à dura realidade. Infundáveis estradas no meio das plantações de soja, bois e cana.

As lições e a luta

Nas caminhadas os indígenas vão expressando o sentimento, e sentindo o que os parentes sentem. “Olhando e ouvindo a gente sente na alma o que o parente está passando. Devemos continuar andando para alimentar a luta, reconquistar nossa liberdade, superar tanto sofrimento e reconstruir nossas terras”, diz Lídio, da aldeia de Tey Ikuê. Nicanor, da Aldeia Poso Azul, na Argentina, também compartilha os sentimentos. “Sofri com os parentes, mas também passamos com eles um pouco de alegria. A floresta é nossa vida. Que reconheçam nossas terras. Vamos seguir

lutando por isso” diz. Plácido, de Ñanderu Marangatu, no Mato Grosso do Sul se mostra indignado. “Estão fazendo com a gente como se fossemos animais. Não querem reconhecer nosso espaço, nossa terra. Os fazendeiros matam nossos líderes. A justiça não acontece. Acabaram com a nossa mata, colocam pistoleiros, prensam a gente num chiqueirinho... Nós também queremos viver”, afirma.

À beira do lago de Itaipu, um momento histórico. Os inundados-afogados Guarani que estavam no lado do Paraguai, às margens do rio Paraná (eram 32 comunidades quando houve o fechamento da represa) vieram visitar os desalojados do lado do Brasil, hoje dispersos em cinco comunidades, uma das quais é a Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu. Ali o cacique Simão falou da resistência desde 1976 quando a represa foi fechada, desalojando as populações indígenas. Também lembrou de que estão no difícil trabalho de reconstrução de seu teko (jeito de viver

Guarani), prensados entre o lago e as lavouras, o veneno e as pragas dos mosquitos, numa situação provisória, que a Funai até hoje não resolveu, conforme prometera na ocasião.

“Precisamos da construção de políticas comuns, sem discriminação, precisamos de uma luta social e econômica. A dificuldade maior é a questão da terra. Os Guarani foram transformados em chagueiros (serviços pontuais nas fazendas), manipulados pelos não índios. Estamos nos defendendo mais espiritualmente - não morrer e não matar. Essa é uma luta delicada. Temos que nos organizar de verdade. Quero morrer na luta”, conclui o cacique Simão.

No decorrer da visita às comunidades Guarani nos três países ficou claro que existem leis que garantem os direitos indígenas. Mas na prática essas leis, bem com as leis internacionais, são desrespeitadas. Especialmente a garantia dos territórios do povo Guarani. Mas eles continuam na luta e na resistência

Relato Guarani – Joaquim Adiala Hara

Eu Joaquim Adiala Hara como me chamam os não indígenas e Guaraniete Mirĩ como me chama a comunidade Guarani da aldeia de Porto Lindo Japorã - Mato Grosso do Sul, tive a oportunidade de realizar a visita de intercâmbio Guarani nos três países: Argentina, Brasil e Paraguai. Com essas visitas realizadas e com várias reuniões nas comunidades indígenas constatei que somos um grande povo com cultura, com lei e com nossa organização, modo de ser e de viver próprio. E, principalmente, com muitas lutas para conquistar os nossos espaços.

Nós Guarani que somos Mbya, Guarani Ñandéva, Kaiowa, Paĩ Ta-

vyterã não somos diferentes porque sempre fomos um grande povo com autonomia e sem fronteira. Somos os verdadeiros donos dessa imensa terra que se chama América. Apesar das dificuldades enfrentadas acreditamos que em nosso Ñanderu e Ñandesy e principalmente na justiça do tupã Guasu que nós Guarani encontraremos uma solução para o nosso povo viver melhor. Não acreditamos muito na justiça do poder político, acreditamos em nós mesmos, em nossas lutas, em nossos líderes que estão longe e nos que morreram.

Com certeza os nossos líderes levarão também nossas reivindicações ao Tupã Guasu para que eles toquem nos corações dos governantes desses

três países para que olhem mais no povo Guarani.

Atualmente, nos três países estamos divididos, mas ao mesmo tempo, não. Os três países dividiram o povo guarani através da fronteira, mas a compaixão, o amor, o afeto, a prosperidade entre os Guarani ainda permanecem.

Os governantes desses três países também não são diferentes, porque são governantes capitalistas, cheios de leis e burocracia. Fazem leis, mas não cumprem. E cada vez mais querem “aculturar” e integrar o povo Guarani à sociedade nacional. Atualmente, o povo guarani encontra-se abandonado na questão de terra, saúde, educação, entre outros.

Os latifundiários estão, cada vez

Viagem pelas fronteiras da vida

Povo caminhante. A estratégia do caminho é faze-lo, e dele extrair saúde, energia, vida. Os Guarani são exímios caminhantes. Fazem do caminhar uma luta, a construção de sua territorialidade, a terapia social, a consolidação de alianças. A busca da terra sem males é a bússola. A dura travessia da discriminação, do preconceito, da incompreensão e desprezo é o preço pago, muitas vezes.

Andar hoje já é mais difícil. Não mais existem matas onde tirar o alimento, existem inúmeras fronteiras, muita gente armada, muitas exigências, enormes obstáculos. Mas isso não impede que continuem caminhando. Isso faz dos Povos Guarani gente profundamente territorializada, no caminhar e no ficar.

Na andar, por vezes cansativo, foram se revelando inúmeras facetas das vidas e lutas. As piadas constantes de seu Nelson garantiam o bom humor e a descontração do grupo. Uns mais falantes outros mais retraídos, mas todos profundamente imbuídos da missão de conhecer, partilhar e levar solidariedade a seus parentes divididos hoje pelas fronteiras nacionais e isolados pelo preconceito e racismo.

Na medida em que foram conhecendo as lutas, as lideranças assassinadas

na luta pela terra, como foi no caso de Marçal e Dorvalino, em Ñanderu Marangatú, ou nas crianças que morreram de fome, como no caso de Kurusu Ambá, ou nos casos de constante contestação e ameaças como em Yvy Katu e Remanso, nessa medida foi se constituindo uma nova consciência de como lutar e se ajudar hoje.

Também foram vendo as enormes plantações de soja, milho e cana, no Brasil e Paraguai, as intermináveis plantações de pinus, na Argentina, e no meio dessa realidade as pequenas ilhas Guarani, às vezes com um pouco de mata ameaçada e pressionada pela expansão de um tipo de monocultura extensiva e intensiva. Conheceram comunidades de seu povo expulsas pelas hidrelétricas de Itaipu e Yaciretã, entre Brasil-Paraguai e Argentina. Conheceram ruínas que significaram séculos de trabalho, abundância, exploração e destruição.

Tudo isso foi se transformando numa grande vontade de construir jeitos novos a partir da sabedoria, jeito de ser e valores dos Povos Guarani. De imediato denunciar ao mundo as crueldades a que são submetidas inúmeras comunidades. Mas também exigir dos diversos governos políticas públicas discutidas em conjunto entre os países e os Povos Guarani. E o mais importante, reconstruir os caminhos e canais de apoio entre os povos e comunidades nos cinco países e construir as novas formas de luta pelos direitos, especialmente à terra e jeito de ser e viver Guarani.

No final da viagem, muita saudade, alegria e indignação. Com as sementes, as ervas medicinais, artesanato, reuniões, conversas, andanças também ficou muita vontade e firme decisão de buscarem de todas as formas ampliar e consolidar a solidariedade e aliança entre as comunidades e povos Guarani. Continuar a andar, lutar e construir a força e união do Grande Povo Guarani, é preciso.

Idioma Guarani: língua oficial do Mercosul

O Parlamento do Mercosul aprovou, em sua XVII sessão plenária no dia 28 de abril de 2009, a língua guarani como idioma oficial do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A recomendação do Parlamento permite que o Guarani se torne um dos idiomas de trabalho do bloco, assim como o espanhol e o português. A aprovação oficial da língua como idioma oficial do Mercosul deve sair no mês de julho, durante a reunião da Cúpula dos Chefes de Estado. A partir de então, os documentos

oficiais serão escritos também na versão da língua indígena.

A decisão foi tomada tendo em vista a importância histórica do idioma. O guarani é a língua nativa mais falada hoje na América Latina. Tornou-se idioma oficial da República do Paraguai em 1992, sendo que atualmente 85% da população deste país falam guarani. Na Argentina, a província de Corrientes o declarou como idioma oficial junto com o espanhol, em 2005. ■

(informações: site Mercosul)

Indígenas de várias aldeias Guarani, no Brasil, na Argentina e no Paraguai, trocam experiências, contam histórias de vidas, sofrimentos e alegrias



real e simbólica. Dentre os fatores principais podem se destacar a língua, a espiritualidade, as sementes, a territorialidade e a mobilidade-liberdade de ir e vir.

No decorrer da viagem foram utilizados o mapa “Guarani Retã”, o vídeo “Ñande Guarani”, além de material da campanha Povo Guarani um Grande Povo, como ferramenta para visualizar a realidade Guarani hoje. Também foi simbolicamente muito forte a visita às ruínas Guarani tanto no Paraguai – Trinidad, quanto na Argentina – San Ignacio Mini. Silenciosas, as lideranças Guarani caminharam por entre os enormes amontoados de pedras trabalhadas pelos seus antepassados, e transformadas em enormes construções, hoje em ruínas. Olhares silenciosos e atentos, de admiração e revolta.

Porém o mais importante foi a visita, o ver, ouvir, sentir e partilhar a realidade e as lutas das diversas comunidades dos Povos Guarani hoje. Inúmeras denúncias

foram feitas pelos representantes das comunidades visitadas. As denúncias serão transformadas num documento que será encaminhado aos governantes e ministros do Exterior dos respectivos países e ao Parlamento do Mercosul.

O intercâmbio irá continuar. Novas formas de luta e solidariedade estão sendo construídas entre os mais de 300 mil Guarani nos cinco países. Novas alianças estão sendo seladas. Os Guarani terão um dia, e não muito distante, reconquistado seu espaço de vida, liberdade e dignidade.



mais destruindo matas, solo, poluindo rios e solos, cada vez mais avançando em busca do tal “progresso”. No Brasil, há os grandes criadores de gado, a implantação das usinas de cana-de-açúcar, a plantação de soja e milho. Tudo isso é mais importante que um ser humano. No Paraguai, é a mesma coisa: o cultivo da monocultura está cada vez mais avançando em direção à destruição do meio ambiente. E na Argentina então, o povo Guarani é visto ainda como inocente e o poder do capitalismo está destruindo os tekoha do povo Guarani plantando pinheiro para fabricação de papel, carvão, lenhas, etc.

Os direitos que os Guarani têm não são vistos e nem postos em prática.

As lideranças são assassinadas e os assassinos estão sem punição. Queremos que os órgãos públicos, os governantes desses três países olhem mais pelos povos indígenas. Principalmente na devolução das terras que sempre foram nossas. Sem terra, nós Guarani não teremos uma educação de qualidade, saúde e principalmente sustentabilidade nas nossas famílias. Não queremos assistencialismo dos políticos nos amarrando nesses conceitos. Queremos que eles sejam nossos parceiros para que nós possamos nos fortalecer na nossa forma de ser e de viver.

Por terras e povos livres!

Representantes de mais de 130 povos acampam durante a primeira semana de maio na Esplanada dos Ministérios em Brasília



Maira Heinen
Editora do Porantim

Lonas. Vários formatos e cores de lonas. Algumas pretas, outras cobertas de palha, umas grandes, outras bem pequenas, só para dormir. Entre 4 e 8 de maio, elas entraram em contraste com o concreto dos prédios de Oscar Niemeyer, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O lugar onde antes só havia grama e uma longínqua visão das sedes dos três poderes do país passou a ser a morada de quase 1200 indígenas de mais de 130 povos do Brasil. Virou palco de cobranças, manifestações por mudanças num país que ainda não consegue respeitar seus primeiros habitantes, em sua cultura milenar, seus espaços e modos de vida. Foi a sexta edição do Acampamento Terra Livre, principal fórum dos povos indígenas do país.

O frio da noite e o sol quente ao longo do dia não atrapalharam o ânimo das pessoas que vieram de longe exigir respeito, apresentar os problemas que enfrentam e aprovar a proposta para um novo Estatuto dos Povos Indígenas. A tramitação do Estatuto está parada há quase 15 anos no Congresso Nacional. As questões mais debatidas, do primeiro ao último dia, foram: demarcação de terras, criminalização dos povos indígenas, obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e saúde indígena. Mas a cada participante que se levantava para dar um testemunho, a questão do desrespeito ao território era reafirmada como origem dos demais problemas.

Muitas situações apresentadas são repetições do que já havia sido colocado nos Acampamentos anteriores. Prova de que pouco ou nada se fez para solucionar grandes questões como a de Mato Grosso do Sul, onde milhares de indígenas estão confinados em pequenos espaços, sofrem grande discriminação da maioria da população e enfrentam altos índices de suicídio e homicídio.

Marcos Xukuru, da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais

e Espírito Santo (Apoime) ressaltou que o grande objetivo do encontro de povos era a mobilização para aprovação do novo Estatuto. “Precisamos colocar o Estatuto na ordem do dia do governo e assumir o protagonismo da história indígena”, ressaltou. Como parte da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), Marcos também reforçou a importância de se discutir exploração mineral e de recursos hídricos (hidrelétricas, hidrovias, transposição...), lembrando que os indígenas devem lutar para que sejam consultados sobre estes assuntos.

Romancil Cretã, liderança Kaingang, da Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpinsul) destacou o descaso do Estado em relação às demarcações de terras para os povos indígenas, principalmente da região Sul. “Nesses mais de 500 anos, nossos parentes morreram sem poder se defender, mas agora nós estamos cansados e vamos lutar por nossa terra até o fim, porque não é por dinheiro, é por nossos filhos”, afirmou.

Estatuto

O VI Acampamento Terra Livre foi a última instância de aprovação da proposta indígena para o Estatuto dos Povos Indígenas. Durante o Terra Livre, os indígenas se dividiram em 20 grupos de estudos temáticos e aprovaram, com algumas alterações, a proposta elaborada pela Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), da qual participam indígenas, organizações indigenistas e representantes de órgãos do Executivo. A CNPI sistematizou as discussões das 10 reuniões regionais que ocorreram entre agosto e dezembro de 2008, envolvendo mais de mil indígenas de todo o país.

Os indígenas requerem profundas mudanças em relação ao Estatuto que está em vigor desde 1973. Eles desejam o fim da tutela para que possam, por exemplo, estabelecer contrato de trabalho sem intermédio da União. Também propõem que o novo texto elimine termos ultrapassados como “silvícolas” ou “tribos”, que transmitem uma idéia de “estágio

inferior de desenvolvimento”. Em relação à exploração mineral e de recursos hídricos, os indígenas reivindicam o direito de veto quando os projetos afetarem as terras onde vivem.

Para pressionar os parlamentares a retomarem o debate sobre o Estatuto no Congresso, os indígenas realizaram uma audiência pública no Senado Federal, no dia 7 de maio. Alguns senadores e deputados federais, na audiência ou durante visita ao Acampamento, comprometeram-se a acompanhar os projetos em tramitação que afetam os povos indígenas e a voltarem a debater o Estatuto dos Povos Indígenas.

A audiência no Senado também repudiou as propostas de senadores e deputados que ameaçam os direitos indígenas. Entre essas, destacam-se o projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e o dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que transferem para o Senado e o Congresso, respectivamente, a decisão sobre a demarcação de terras indígenas.

“Sabemos que muitos parlamentares têm posições antiindígenas, mas temos uma perspectiva positiva em relação à discussão do Estatuto”, avalia Sandro Tuxá, da Apoime. “Quando voltarem a discutir o Estatuto, nós viremos a Brasília, fazer pressão, chamar atenção, para garantir que o texto aprovado garanta os nossos direitos”, completa.

Terra, saúde e criminalização

Os indígenas de todo o país também denunciaram as violações aos seus direitos, principalmente à terra e à assistência à saúde, como ficou registrado no documento final do Acampamento Terra Livre 2009. Povos de todas as regiões ainda lutam para demarcar suas terras ou retirar invasores de terras demarcadas. A situação dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul foi destacada por diversos povos, que manifestaram apoio à luta dos Guarani. Outro processo contra os indígenas lembrado em diversas falas foi a criminalização das lideranças e das lutas dos povos, com destaque

para a situação dos Xukuru (Pernambuco) e dos Cinta-Larga (Rondônia).

O Terra Livre foi reafirmado como o principal fórum dos povos indígenas do Brasil. “A presença do ministro da Justiça no Acampamento também legitima esse espaço que é nosso, organizado por nós”, avalia Sandro Tuxá.

Visitas

O ministro da Justiça, Tarso Genro, e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, visitaram o Acampamento, no dia 5 de maio, para ouvir as demandas, críticas e propostas dos povos indígenas. No dia 6, quarta-feira, também participaram do Acampamento as senadoras Marina Silva, Serys Slhessarenco, Fátima Cleide, o deputado Eduardo Valverde, a deputada Perpétua Almeida e a Dra. Débora Duprat, sub-procuradora da 6ª Câmara. Em todas as visitas, os indígenas explicitaram suas demandas e ouviram os encaminhamentos e as manifestações de apoio dos visitantes.

Protesto

Durante a tarde do dia 7 de maio, logo após o término da audiência no Senado, os indígenas presentes no Acampamento realizaram uma passeata que saiu da Esplanada dos Ministérios, passou pela Praça dos Três Poderes e seguiu para a frente do Congresso Nacional. Carregando faixas com dizeres de indignação e reivindicações, os indígenas cantavam e exigiam respeito por seus direitos. Em frente ao espelho d'água, protestaram contra os deputados e senadores que os desrespeitam com a elaboração de projetos antiindígenas.

Em suas falas, muitos indígenas ressaltaram que, para o próximo ano, esperam não ser necessária a entrega de documentos com os mesmos pedidos de todos os anos, reclamando sempre das mesmas violações de direitos. Esperam que também seja um momento de partilha de conquistas com todos os povos indígenas do país debaixo das lonas. Pretas, coloridas, com palhas, marcando a presença dos donos da terra.



Fotos: Maira Heinen

QUESTÕES POR REGIÕES

Obras de infraestrutura e outras intervenções em terras indígenas no Tocantins

Com 68 anos, dona Isabel Xerente é uma das mulheres mais velhas do Acampamento Terra Livre 2009. De maneira muito firme, ela apresenta os problemas que afetam sua terra e a importância de participar de um encontro como o Acampamento. “Nós não viemos passear!”, declara.

Ela explica que o povo Xerente sofre muito com as obras de infraestrutura que são realizadas nas terras de seu povo, sem nenhuma consulta. “Estão passando o asfalto lá e nós não queremos estradas dentro da reserva. Também não queremos ferrovias e a Ferrovia Norte-Sul também vai passar por lá. Nós não temos esse costume, porque somos obrigados a aceitar? Quando chega a época das eleições, eles estão lá, querendo fazer registros e documentos para que a gente vote neles. Depois disso só querem nos matar”, reclama.

Segundo dona Isabel, outros problemas atingem o povo, como as grandes plantações com uso de agrotóxicos no entorno da terra indígena, que contamina a floresta e as pequenas plantações das aldeias.

O QUE DIZ O ESTATUTO – A proposta de Estatuto dos Povos Indígenas aprovada no Acampamento trata da consulta prévia, livre e informada: Art. 97 – Fica assegurado aos povos e comunidades indígenas o direito de serem consultados em forma prévia, livre e informada, conforme seus usos, costumes e tradições, nos seguintes casos:

III – Atividades consideradas de relevante interesse público da União desenvolvidas em terras indígenas nos termos da lei complementar;

IV – Atividades no entorno das terras indígenas que lhe acarretem impacto.

Indígenas nas cidades, demarcação e saúde no Rio Grande do Sul

Há mais de cinco anos, 24 famílias somando 147 pessoas do povo Kaingang reivindicam o Morro do Osso, na cidade de Porto Alegre, como terra tradicional. Cercados por um bairro nobre, onde há forte especulação imobiliária, os indígenas são alvos constantes de forte discriminação e já sofreram outras violências por estarem ali. Segundo o cacique Valdomiro Kaingang, a prefeitura já os despejou e levou todos os pertences de seu povo. “Até hoje estamos aguardando a Funai, para que ela crie um Grupo Técnico para começar o processo de demarcação de nossa terra. Antropólogos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) já fizeram este estudo e reconhecem que aquela terra é tradicionalmente nossa”, afirma o cacique. Segundo Valdomiro, lideranças do povo

terão uma reunião com representantes da Funai no dia 15 de junho, quando se espera algum avanço na questão.

Outro fator que atinge fortemente os indígenas do Morro do Osso é a saúde. “Há dois anos a prefeitura de Porto Alegre recebe recursos da Funasa [Fundação Nacional de Saúde] e até hoje não contratou nenhum agente de saúde. Em nosso povo já temos uma pessoa que estudou e é qualificada para isso, mas ela também não pode ser contratada. Nós vamos pedir uma audiência no Ministério Público para resolver mais esta questão!”, assegura.

O QUE DIZ O ESTATUTO – Dos princípios e definições. Parágrafo único – A política de proteção dos povos indígenas e promoção dos direitos indígenas se aplica a todos os indígenas, indistintamente, independente da localidade em que se encontrarem.

Durante o Acampamento Terra Livre, manifestações de espiritualidade, danças, momentos de estudo e manifestações para exigir a prática de seus direitos



Foto: Egon Heck

➔ Sobre demarcação em terras indígenas: Art.65 – As terras indígenas serão administrativamente demarcadas pelo órgão indigenista federal de acordo com o procedimento estabelecido em Decreto do Poder Executivo; Art.66 – O povo ou comunidade indígena interessada poderá solicitar ao órgão indigenista federal a demarcação de sua terra ou a revisão de seus limites quando em desacordo com o art. 231 da Constituição Federal.

Sobre saúde: Art. 181 – As ações e serviços de saúde voltados para os povos e comunidades indígenas serão desenvolvidos de acordo com os princípios previstos no artigo 198 da Constituição Federal e na Lei 8080/90 e pelo princípio do reconhecimento do direito à construção de serviços de saúde diferenciados que reconheçam a diversidade étnico-cultural e regional indígena.

Art. 182 – 2º parágrafo: Aos indígenas residentes fora de terras indígenas oficialmente reconhecidas é garantida a atenção diferenciada à saúde, respeitando suas especificidades étnico-culturais, devendo o Sistema Único de Saúde se organizar para atendê-los adequadamente.

Criminalização dos povos indígenas em Rondônia

“Somos conhecidos como invasores de nossas próprias terras”. A afirmação é de Marcelo Cinta Larga, que veio para o Acampamento alertar sobre a criminalização que os povos indígenas vêm sofrendo e a violência praticada pela Polícia Federal contra o povo Cinta-Larga e outros povos indígenas do país. “Nosso povo tem 1546 processos criminais!” diz indignado. Segundo Marcelo, as pessoas que deveriam ser consideradas criminosas, que invadem as terras indígenas e devastam a região em busca de diamantes são os garimpeiros, porém nada acontece com eles. “Os indígenas guerreiros de nosso povo, quando encontravam os garimpeiros no meio da mata, levavam para a Polícia Federal, porque sabemos que é ilegal. Mas a Polícia ia lá, soltava e eles voltavam para o mesmo lugar”, relembra. “Queremos a PF como parceira e não como inimiga”, afirma. Marcelo Cinta-Larga é ameaçado de morte.

O QUE DIZ O ESTATUTO – A proposta do Estatuto dos Povos indígenas dispõe sobre as normas penais e processuais: Art 215 – Condenado o indígena por infração penal o juiz considerará, na aplicação da pena, as peculiaridades culturais do réu e as circunstâncias do cometimento do crime; Art. 217 – A Procuradoria Federal prestará a assistência jurídica criminal quando solicitada por indígena ou comunidade. Art. 218 - A procuradoria Geral Federal criará Câmara de coordenação e especialização da matéria indígena, de modo a formar e manter em seus quadros Procuradores Federais especialistas no assunto.

Demarcações e julgamento do STF parados

Durante o Acampamento, duas questões sempre lembradas, principalmente, pelos indígenas do Nordeste, foram a demarcação das terras Tupinambá e o julgamento sobre as terras dos Pataxó Hã-Hã-Hãe pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Durante audiência no Senado, Luis Titiah, liderança Pataxó expôs a difícil situação desses povos. “Por causa da demora no julgamento das terras dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, a Polícia Federal está espancando e matando nossos parentes!”, relatou. Luis afirmou que está cansado de não enxergar mudanças. “Quero ver o ano que vem o que foi encaminhado das nossas exigências esses anos”, completou. Os Pataxó Hã-Hã-Hãe esperam há mais de 26 anos o julgamento pelo STF da ação sobre suas terras.

O QUE DIZ O ESTATUTO – Art. 61 – Os direitos dos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam são originários e independem do reconhecimento por parte do poder público.

Art. 64 – É vedada a remoção dos indígenas de suas terras, salvo *ad referendum* do Congresso Nacional, em casos de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco. ■

Assistência à saúde gera debate no ATL 2009

Cleber César Buzatto
Secretário Adjunto do CIMI

A assistência à saúde dos povos indígenas no Brasil motivou um prolongado e intenso debate durante o Acampamento Terra Livre 2009. Todos os indígenas concordavam com as questões centrais sobre o tema apresentadas na proposta do novo Estatuto dos Povos Indígenas, sistematizada pela Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI). Aprovaram, portanto, a responsabilidade da União quanto ao atendimento da saúde indígena, a necessidade de fortalecimento do controle social por parte dos povos indígenas e a imediata autonomia gestora, administrativa e financeira dos Distritos Especiais de Saúde Indígena. No entanto, não havia acordo sobre as responsabilidades imediatas de operacionalização do sistema. Quanto a esse aspecto, formaram-se dois grupos de lideranças que defenderam teses distintas. De um lado, indígenas de Pernambuco e, de outro, líderes das organizações e das terras indígenas de todas as regiões do país.

O primeiro grupo, embora minoritário regional e numericamente, mostrou-se muito articulado e organizado na defesa de sua tese. Segundo eles, o único fórum legítimo para tomar a decisão referente à mudança ou não da instância governamental responsável pelo atendimento à saúde dos povos



indígenas seria a V Conferência Nacional de Saúde Indígena, a realizar-se em 2010. Argumentavam que qualquer mudança imediata neste sentido criaria um hiato no atendimento às comunidades, a exemplo do que teria ocorrido em 1999, quando a responsabilidade passou da Funai para a Funasa. Ao mesmo tempo, demonstravam que o governo não teria apresentado nenhuma proposta relativa à estrutura organizacional da nova Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena a ser criada para substituir as funções da Funasa. Por isso, defenderam a permanência da responsabilidade desta autarquia governamental e o início de um processo de consulta às comunidades no intuito de construir uma

decisão mais consistente e definitiva na V Conferência.

Por outro lado, representantes da imensa maioria dos participantes do Acampamento se revezavam defendendo que o Terra Livre era uma instância plenamente legítima para definir sobre o tema. De acordo com estes, o movimento indígena vem, há anos, denunciando as deficiências estruturais no atendimento prestado pela Funasa e as conseqüências desastrosas advindas desse fato para os povos indígenas no Brasil. Em função disso, os indígenas nas diversas aldeias do país estariam cientes desse processo e ansiosos para que haja uma rápida qualificação neste atendimento, o que não seria possível

com a manutenção desta responsabilidade no âmbito da Funasa. Também afirmavam que a demora na tomada dessa decisão significaria uma vitória política da Funasa na disputa pela manutenção do controle dos recursos destinados à atenção da saúde dos povos indígenas. Por isso, defendiam criação imediata da Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena. Esta teria vínculo direto ao Ministro da Saúde e assumiria imediatamente a responsabilidade pelo atendimento à saúde indígena.

Diante de um impasse momentâneo, surgiu uma proposição conciliadora que acabou recebendo o apoio de todos. Ficou decidido que a Secretaria Especial deverá ser criada ainda em 2009. Para tanto, uma comissão formada a partir do Acampamento Terra Livre, com participação de lideranças indígenas e de representantes do Ministério da Saúde, organizará quatro seminários regionais nos próximos meses, para que mais comunidades e lideranças indígenas possam participar e contribuir na estruturação organizacional dessa nova Secretaria.

Após mais esse debate maduro, a decisão tomada, somada ao que já era consenso entre todos os participantes do Acampamento, reforçou a unidade dos indígenas no Brasil e projetou ainda mais o Acampamento Terra Livre como instância politicamente legítima de tomada de decisão do movimento indígena brasileiro. ■

Indígena em discussão sobre o item de saúde da proposta de Estatuto dos Povos Indígenas elaborada pela CNPI



Secretário Adjunto do Cimi, Saulo Feitosa, entrega Relatório de Violência contra Povos indígenas ao representante indígena Raoni Kayapó; ao lado, senadora Marina Silva observa os dados colocados no livro

100% dos suicídios e 70% dos assassinatos de indígenas ocorreram no Mato Grosso do Sul

Cimi divulgou relatório sobre agressões aos indígenas durante Acampamento Terra Livre

Marcy Picanço
Repórter

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou, durante o 6º Acampamento Terra Livre, o relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - 2008*, com dados sobre as violências praticadas contra os indígenas e as violações dos direitos indígenas. Como nos anos anteriores, o maior foco de violência contra os povos indígenas encontra-se entre os Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul.

Em 2008, o Cimi registrou 60 assassinatos de indígenas em todo o Brasil. Em comparação com 2007, houve uma diminuição de 32 casos. Foram registrados 42 assassinatos entre o povo Guarani Kaiowá; 11 a menos do que em 2007. Por outro lado, contabilizou-se 34 suicídios; 6 a mais do que no ano anterior. Isso significa que a soma das mortes violentas (76) permanece elevada.

Os Guarani Kaiowá são vítimas de racismo, desnutrição, atropelamentos, falta de assistência à saúde, trabalho escravo entre outras violências. Esta situação resulta de omissões do Estado e de ações governamentais e de particulares, no contexto de acirramento da disputa pela terra no Mato Grosso do Sul.

Segundo análise da antropóloga Lúcia Rangel, organizadora do relatório,

permanece inalterado o quadro que provoca a violência contra os Guarani Kaiowá: "Nos últimos anos, o confinamento [dos indígenas em exíguas parcelas de terra] tem se intensificado, por causa do avanço dos latifúndios agrícolas, sobretudo as plantações de soja e da cana-de-açúcar (...) Há uma resistência muito grande, em todas as camadas da sociedade não-indígena, contra qualquer processo de regularização das terras Guarani Kaiowá. Essa resistência tende a crescer e se soma a um forte preconceito e racismo contra os indígenas."

Guajajara - exploração de recursos naturais e mortes

Em 2008, depois dos Guarani Kaiowá, foi o povo Guajajara, no Maranhão, que enfrentou os piores índices de violência contra a pessoa. Foram registrados 3 assassinatos, 7 vítimas de tentativas de assassinato, 6 ameaças de morte e 1 espancamento. As agressões foram cometidas por não-indígenas, que, em geral, vivem nas cidades vizinhas às terras dos Guajajara. Os crimes ocorrem num contexto de preconceito e constantes ameaças contra os indígenas.

A exploração ilegal de madeira dentro das terras indígenas também provoca a violência contra os Guajajara. Além disso, a presença constante dos madeireiros e o desmatamento ameaçam a

sobrevivência de pelo menos 60 pessoas do povo Awá Guajá que vivem sem contato com a sociedade envolvente.

Criminalização

O relatório também destacou casos de criminalização dos povos indígenas e suas lutas. Em outubro de 2008, por exemplo, no sul da Bahia, a Polícia Federal feriu mais de 20 pessoas e destruiu roças, escolas, carros e casas numa operação de busca e apreensão do cacique Rosivaldo (conhecido por Babau), do povo Tupinambá. Ele é processado por lutar por sua terra tradicional.

Em Pernambuco, quase 40 lideranças do povo Xukuru estão sendo acusadas de envolvimento em diversos crimes. Em um único caso, 35 indígenas, incluindo o cacique do povo, são réus num processo judicial que apresenta diversas falhas e foi questionado por vários grupos de direitos humanos.

Preconceito

Além das agressões que resultam em danos físicos, o ano de 2008 ficou marcado pela intensa campanha racista contra os povos indígenas nos principais meios de comunicação do país. Os processos judiciais em torno das terras Raposa Serra do Sol (RR) e dos Pataxó Hã-Hã-Hãe (BA), a luta por melhoria na saúde indígena e a perspectiva de se conseguir a identificação de terras para os Guarani

Kaiowá foram os assuntos usados para que o racismo tivesse voz no país.

Caos no atendimento à saúde

Em 2008, o Cimi registrou 68 mortes de indígenas (sendo 37 menores de 5 anos) como consequência de desassistência à saúde. Em todos os estados, os indígenas denunciam a precária situação de assistência à saúde indígena. Há registros de diversas falhas, como: falta de médicos nas aldeias e nos postos de saúde; falta de medicamentos e transporte para doentes, gestantes e, inclusive, para as equipes médicas; falta de treinamento para equipes médicas e de pessoal qualificado; falta de instalações adequadas nos centros de atendimento, nos ambulatórios e nas Casas de Assistência à Saúde Indígena (CASAI).

Denúncias

Durante o lançamento do livro, Saulo Feitosa, secretário-adjunto do Cimi, falou aos indígenas presentes sobre a importância deles denunciarem as violências que ocorrem em suas comunidades. A sistematização destes relatos produz um documento que mostra à sociedade brasileira a situação em que ainda se encontram diversos povos indígenas. A publicação também é um instrumento nas reivindicações de políticas públicas e de efetivação dos direitos indígenas. ■



Indígenas em defesa do rio São Francisco

No dia 5 de maio, durante o Acampamento Terra Livre, o cacique do povo Truká, Aurivan dos Santos (Neginho Truká), entregou ao ministro da Justiça, Tarso Genro, o relatório *Povos Indígenas do Nordeste Impactados com a Transposição do rio São Francisco*. A publicação aborda as denúncias dos povos Truká, Tumbalalá, Pipipã, Kambiwá, Anacé, Xocó, Pankararú, Kariri-Xocó, Xocó e Tuxá sobre as consequências

do empreendimento, que afetará dezenas de povos em toda a região nordeste.

Neginho afirmou que o Governo não consultou os indígenas sobre a obra, como determina a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O cacique também chamou atenção para as outras 47 obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que afetam terras indígenas no Brasil. ■

VI Acampamento Terra Livre 2009

DOCUMENTO FINAL

Foto: Café Cuvã Filmes



Estevão Taukani lê documento final do VI Acampamento Terra Livre durante audiência no Senado Federal, no dia 7 de maio. Indígenas também pedem que senadores sejam portavozes dos indígenas na defesa do Estatuto

Nós, lideranças de 130 povos indígenas diferentes, reunidos em mais de mil, em Brasília-DF, no nosso VI Acampamento Terra Livre, de 4 a 8 de maio de 2009, com o objetivo de consolidar propostas para um novo Estatuto que por fim regulamente os nossos direitos assegurados pela Constituição Federal, e ainda para tomarmos conhecimento da situação dos direitos dos nossos povos nas distintas regiões do país, no intuito de construirmos perspectivas comuns para a defesa desses direitos, aos distintos poderes do Estado Brasileiro e à opinião pública, nacional e internacional, manifestamos:

Ao Poder Executivo

1. É lamentável a demora que caracterizou a gestão do Governo Lula em criar as condições que possibilitassem tornar realidade as proposições construídas com a nossa participação e materializadas no seu Programa de Governo para os Povos Indígenas, desde 2002, que dentre outras demandas apontava a criação do “Conselho Superior de Política Indigenista” e a demarcação de todas as Terras Indígenas. Passados seis anos e meio, o saldo devedor é grande, e o governo tem o desafio de cumprir, em um ano e meio, esses compromissos, da mesma forma com que tem atendido as reivindicações de outros segmentos sociais, como no caso da bancada ruralista no Congresso Nacional. Contudo, atendendo as nossas reivindicações, reconhecemos os esforços que possibilitaram a criação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), em cujo âmbito conseguimos negociar os termos do Projeto de Lei que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista e o processo de construção de um Novo Estatuto, coerente com os nossos interesses e aspirações, e que há mais de 14 anos aguarda ser votado pelo Congresso Nacional.

2. Acreditamos e reivindicamos que, por coerência e na perspectiva de compensar os seus atrasos, o Governo Lula se empenhe de fato, através de sua base de sustentação no Congresso Nacional, na tramitação e aprovação do Novo Estatuto dos Povos Indígenas, para que passe à história como o Governo que rompeu com o indigenismo tutelar, autoritário e integracionista que norteou a Lei 6.001, de 1973, o atual “Estatuto do Índio”.

3. Enquanto isso, reivindicamos do Governo Lula o cumprimento do mandato constitucional de demarcar todas as Terras Indígenas do Brasil, mas de forma urgentíssima dos nossos irmãos Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, submetidos há décadas a um processo vil e criminoso de marginalização, etnocídio e genocídio, nas mãos de latifundiários e distintos entes do Estado brasileiro, seja por ação ou omissão. Nossos povos jamais aceitarão permanecer expulsos de seus territórios tradicionais nem ser confinados a terras

diminutas. Daí que exigimos, além da demarcação, a desintrusão de terras indígenas como Marawaitzedé, do Povo Xavante em Mato Grosso, e a terra do Povo Pataxó Hã-Ha-Hãe, no sul da Bahia.

4. Reivindicamos do Governo Lula que não ceda às pressões e à voracidade de setores e representantes do coronelismo, agronegócio e remanescentes da ditadura, que em nome do desenvolvimento, e até da democracia e do povo brasileiro, declaram publicamente, de forma aberta ou camuflada, que somos uma ameaça para o país, seu desenvolvimento e unidade política e territorial, visando no entanto, a usurpação e destruição dos nossos territórios e dos recursos naturais, hídricos e da biodiversidade existentes neles, para, por fim, conseguir a nossa total integração à dita comunhão nacional, senão, a nossa extinção enquanto povos étnica e culturalmente diferentes. Como dissera o nosso líder Davi Kopenawa Yanomami, a Natureza vale mais que o dinheiro, e não admitiremos que seja arrancada de nós a nossa Mãe Terra, e tudo o que nela até hoje, milenarmente, preservamos, com o qual continuamos contribuindo para o equilíbrio global, a mitigação das mudanças climáticas e, por tanto, ao bem-estar da humanidade.

5. Por isso somos contra a decisão do Governo de implantar a qualquer custo grandes projetos que poderão impactar as nossas terras e a nossa sobrevivência física e cultural, sem sequer se preocupar em nos consultar, conforme garante a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que hoje é Lei no país. Repudiamos a flexibilização da legislação ambiental e as artimanhas que possibilitam a liberação de licenciamentos e a conseqüente execução de obras como Pequenas Centrais Hidrelétricas e de projetos como a Transposição do Rio São Francisco.

6. Na área da saúde, em situação crítica e de calamidade para os nossos povos, tendo em conta o não cumprimento das resoluções e deliberações da 4ª. Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em março de 2006, ratificadas pela 13ª. Conferência Nacional de Saúde, realizada em novembro de 2007, reivindicamos do Governo Federal:

- * encaminhar imediatamente através de Decreto Presidencial a Autonomia Administrativa, Financeira e Política dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI's), no prazo de 90 dias;
- * garantir a criação de uma conta especial-Fundo Distrital de Saúde Indígena, para os 34 Distritos, para o financiamento da atenção à Saúde Indígena;
- garantir que o Saneamento Básico em áreas indígenas seja transferido e vinculado aos Distritos Sanitários ou que seja criado no âmbito dos Distritos o departamento de saneamento básico indígena;
- criar em caráter emergencial e garantir o funcionamento efetivo de um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes do Acampamento Terra Livre, da bancada indígena na Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), do Governo, do Ministério Público Federal (MPF), do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais e da Coordenação Interinstitucional de Saúde Indígena (CISI), para realizar os seminários macro regionais nas 5 regiões do país, visando a construção e implantação da proposta da Secretaria Especial de Saúde Indígena.
- que o Governo Federal encaminhe ao Congresso Nacional requerimento solicitando a retirada do item 5 (saúde indígena) do Projeto de Lei Nº 3.598/2008.
- Implantar de imediato a portaria GM-MS, No. 1235/08, que cria GT para definir o quadro de pessoal necessário para executar as ações de saúde indígena, para cumprir o Termo de Conciliação Judicial.

Ao poder Judiciário

1. Mesmo com os avanços consagrados na Constituição Federal de 1988, que reconheceu o caráter multiétnico e pluricultural do Estado brasileiro, pondo fim às políticas homogeneizantes e integracionistas, para garantir o nosso direito à diferença, e ainda

apesar de importantes decisões como a garantia, pelo Supremo Tribunal Federal, de que as nossas terras sejam demarcadas em forma contínua, nos preocupa gravemente a permanência de compreensões limitadas sobre a aplicação das normas constitucionais, processuais e de proteção e promoção dos direitos dos nossos povos.

2. Repudiamos a tentativa de nos silenciar a respeito do direito de nos manifestarmos sobre quaisquer medidas jurídicas ou administrativas que possam afetar as nossas terras, a nossa integridade sociocultural e o destino das nossas gerações futuras. A determinação da Suprema Corte nas condicionantes de números 5 e 7, segundo as quais, respectivamente, “o usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da Política de Defesa Nacional” e “não impede a instalação de equipamentos públicos”, liberando portanto, a implantação “independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas”, poderá ressuscitar condutas e práticas autoritárias, colonialistas, etnocidas, genocidas e ecocidas. Não abriremos mão de opinar sobre o destino dos nossos povos.

3. Entendemos que a demarcação das terras indígenas será conforme o texto constitucional, que reconhece o nosso direito originário às nossas terras tradicionais, considerando caso a caso, e respeitando plenamente a nossa diversidade étnica e cultural. Ao invés de vedar o nosso direito territorial, tal qual determina a condicionante 17 do STF, o Judiciário tem que se preocupar em garantir o estado de direito, julgando e punindo os invasores que destroem a Mãe Natureza, desmatam e degradam os nossos territórios e contaminam os nossos rios, perseguem e assassinam os nossos líderes e comunidades.

4. Está na hora de o Judiciário levar à prática o fim do preconceito e da discriminação contra os nossos povos, seguindo a perspectiva de respeito e valorização da riqueza da diversidade étnica e cultural do nosso país, destacada de forma justa pelo Ministro Carlos Ayres Brito, ao relatar o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Ao Legislativo

Sabemos que o Legislativo brasileiro é dominado por setores, que ao invés de regulamentar os nossos direitos, reconhecidos há 20 anos pela Constituição Federal, tem se articulado com o propósito de restringir nossos direitos.

Fotos: Meirbe Heinen



Indígenas durante manifestação na tarde de quinta-feira (7 de maio), em frente ao Congresso Nacional

Lembramos, no entanto, que a dívida do Estado brasileiro para com os nossos povos é impagável, que o mínimo que exigimos é que nos sejam garantidos a posse e o usufruto exclusivo das nossas terras, o pouco que nos sobrou, e nos deixem viver, neste país, que já foi todo nosso, conforme os nossos usos e costumes. Somos, sim, brasileiros, mas com direitos específicos e diferenciados.

Dessa forma, reivindicamos ao Poder Legislativo que inviabilize a tramitação e aprovação de quaisquer iniciativas que afrontem e pretendam reverter os nossos direitos assegurados pela Constituição Federal de 88. Pedimos, outrossim, empenho na aprovação do Projeto de Lei que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e do novo Estatuto dos Povos Indígenas, conforme os nossos interesses e aspirações, evitando dessa forma a retaliação de todas as questões que dizem respeito aos nossos povos.

Ao povo brasileiro

Chamamos a todos os segmentos da sociedade civil brasileira a somar conosco nesta luta pelo respeito pleno aos nossos direitos, como parte da total democratização do nosso país, do qual nos orgulhamos de fazer parte, mas que lamentavelmente ainda nos discrimina e marginaliza, sob a pressão e o domínio de uns poucos, que só almejam os seus lucros e bem-estar, ignorando a nossa contribuição fundamental à preservação da Natureza, em benefício do equilíbrio global e do bem-estar de todos os brasileiros e da humanidade.

Aos nossos povos, reafirmamos a nossa determinação de avançar na nossa organização e luta, para garantir a vigência dos nossos direitos, hoje, e para o bem das nossas gerações futuras.

Brasília, 7 de maio de 2009.

Assine o PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:
SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF
– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!
– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.
– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

PREÇOS

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Solicite sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br

Indígenas ocupam prédio da Funasa em São Paulo e exigem exoneração do coordenador

Beatriz Catarina Maestri – Cimi
Benedito Prezia
Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo

Mais de 60 indígenas das etnias Guarani, Tupi-Guarani, Pankararé, Pankararu, Wassu Cocal, Xukuru, Atikum, Terena e Tapuya, representando cerca de 5 mil indígenas de 37 comunidades do litoral sul, litoral norte, Vale do Ribeira e Grande São Paulo ocuparam, desde o dia 5 de maio, o prédio da Funasa-Fundação Nacional de Saúde, no centro de São Paulo.

O protesto foi motivado pelo desrespeito das autoridades locais em relação à saúde indígena e via no coordenador regional da Funasa, Razez Rezek, a causa de problemas como falta de medicamentos e falta de transporte, além de um atendimento precário.

Tendo renunciado em novembro, após pressão indígena, retornou ao cargo, por imposição do presidente

nacional, Danilo Forte. Ciente das pressões indígenas, Rezek chegou no dia 6, ao prédio da Funasa, escoltado por forte aparato da Polícia Federal e acompanhado pelo delegado da PF, Flávio Trivela.

Para Darã, uma das lideranças Guarani que estava à frente da mobilização, a Funasa não tem atendido as comunidades indígenas nas suas necessidades em relação à saúde, sendo responsável pela precária situação em que vivem. Afirmou que este quadro piorou depois que assumiu o atual coordenador. A gota d'água foi a notícia que circulou, de que parte dos recursos de 2007 e 2008, enviados pelo órgão federal, haviam sido devolvidos pela Regional de São Paulo, o que mostra uma incompetência administrativa.

No final do segundo dia da mobilização, um representante da Funasa de Brasília e outros três representantes da Funasa de São Paulo, atenderam o grupo de indígenas. Os sete caciques presentes e outros líderes fizeram suas reivindicações, pedindo a mudança na coordenação regional, que está na mão de um político do PMDB, num claro loteamento de cargos. O presidente da Funasa pediu mais tempo para sanar as reivindicações e disse que só negociariam mediante a desocupação do prédio.



Foto: Cimi Sul Equipe São Paulo

No final da noite chegou a ordem judicial de reintegração de posse, exigindo a imediata retirada dos indígenas do prédio. Não querendo confronto, os indígenas se retiraram, mas decidiram continuar acampados em frente à sede até que se defina a saída do coordenador, passando a noite ao relento. Segundo as lideranças, só deixariam o local quando fossem atendidas suas reivindicações. Diferente do que a imprensa noticia, os indígenas não fizeram nenhum refém e afirmaram às autoridades: "Nós é que somos os reféns de um órgão público inoperante!"

Finalmente na manhã do dia 8, os indígenas decidiram ocupar novamente a sede do órgão. A Defensoria Pública do Estado foi acionada, tendo um papel fundamental nas negociações. O órgão entrou em contato com a Funasa em Brasília, conseguiu do presidente da Fundação uma declaração escrita, com pontos concretos de melhoria, e o compromisso de que se realizasse uma reunião em Brasília entre ele, cinco lideranças indígenas e cinco representantes da Funasa Regional, mas desde que os indígenas evacuassem o prédio.

As lideranças e cerca de 100 indígenas que ali estavam aceitaram o acordo, deixaram o prédio, e emocionados agradeceram a Nanderu por esta primeira vitória, que esperam que seja seguida por outras, em vista da urgente melhoria das comunidades indígenas. ■

Insatisfeitos, indígenas protestam por melhorias na saúde e por mais respeito aos povos em São Paulo



Lideranças Tembé entregam relatório a presidente da Funai

Alan Tembé
Povo Tembé de Santa Maria do Pará

No dia 24 de abril de 2009 os Tembé de Santa Maria do Pará tiveram uma audiência com o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, e com o administrador regional do órgão em Belém, Juscelino Bessa, para conversar e entregar em mãos um relatório, feito pelos próprios Tembé, sobre a tradicionalidade da presença do povo em Santa Maria do Pará. Além disso, cobraram providências para o reconhecimento do território. A entrega desta pesquisa foi na sede do órgão indigenista em Belém.

A pesquisa feita pelos indígenas, que teve o apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos, possibilitou que pudessem fazer, em cinco meses, uma pesquisa aprofundada, o que duas antropólogas anteriormente enviadas à região não conseguiram fazer.

No dia 16 de abril estiveram em Brasília com cópias dos relatórios em mãos, mas não conseguiram entregar na Funai. Resolveram entregar uma cópia dos relatórios à subprocuradora da 6ª Câmara, Débora Duprat.

Na semana seguinte, enquanto a Semana dos Povos Indígenas era realizada no Belém, os Tembé de Santa Maria visitavam o antigo cemitério onde



Foto: Alan Tembé

repousam os antepassados e pediam a eles, através do cacique Miguel Carvalho, força pra continuarem na luta.

A resposta dos ancestrais não se fez esperar muito, pois na mesma semana os Tembé souberam que o presidente da Funai estaria em Belém pra ouvir os índios. Imediatamente uma delegação com três indígenas foi a Belém e depois de muitas idas e vindas, informações desconstruídas, estiveram com Meira, que pôde receber o relatório das mãos dos representantes do povo Tembé, ouvindo-os e fazendo muitas perguntas ao cacique.

Márcio Meira afirmou que não poderia prometer nada, mas que anexaria o relatório aos outros dois já feitos pelas antropólogas, para encaminhar o caso.

Os Tembé estão com boa expectativa, vendo que a Funai reconheceu a situação e a história do povo. Os indígenas agora vão participar do Acampamento

Terra Livre 2009, em Brasília, para mostrar sua força.

Em busca do reconhecimento

O povo Tembé tem um histórico de mais de 110 anos no local e desde 2001 vem solicitando que a área seja identificada como terra tradicional e posteriormente, homologada. Porém, nesses oito anos de luta não foram ouvidos. Tiveram as visitas de duas antropólogas, sendo que a primeira recomendou estudos complementares sobre a terra e o povo, e a segunda sequer liberou o resultado de suas pesquisas. Mas, segundo os representantes dos Tembé, a antropóloga afirmou que não existem elementos que comprovem a tradicionalidade da terra.

Diante da morosidade das autoridades para os trabalhos e estudos da terra dos Tembé, o próprio povo tomou a iniciativa de realizar estudos sobre a

história de seu povo, da cultura e dos ancestrais. Elaboraram um projeto para o Fundo Brasil de Direitos Humanos que foi aprovado e já trabalham com estes recursos há seis meses. A terra abrigava uma antiga missão de freis Capuchinhos e os índios têm pesquisado nas igrejas, escolas e museus, conseguindo tanto material que já não conseguem listar todos dentro do estudo realizado.

Articulação

Nos dias 24 a 25 de março Alan Tembé e Edmilson Tembé, da aldeia Jeju de Santa Maria – PA, visitaram os parentes de Tomé-Açu. O objetivo da visita foi conhecer os parentes Tembé que vivem em Tomé – Açu e solicitar apoio na luta por reconhecimento territorial, assim como os Tembé do Alto Rio Guamá.

Também conversaram sobre a idéia de realizar uma auto-demarcação para, de certa forma, pressionar a FUNAI a cumprir com suas obrigações. Houve muitas articulações e chegou-se ao acordo de que os parentes vão apoiar a causa e antes de qualquer coisa farão uma visita. Na oportunidade, conheceram a aldeia e aprenderam mais um pouco da cultura.

Os indígenas foram presenteados com exemplares da cartilha da língua Tenetehar que será usada na escola pra ensinar as crianças da aldeia, a língua de seus avós. Hoje, somente uns poucos mais velhos sabem falar. ■

Márcio Meira se encontra com os representantes Tembé, que apresentam seus estudos da história do povo

Integrantes do MAB são presos no Pará

No dia 26 de abril 18 trabalhadores rurais e pescadores foram presos, entre eles duas mulheres e um trabalhador de mais de 70 anos. Depois de 20 dias 14 deles foram libertados, mas quatro continuaram presos por serem considerados lideranças importantes. Eles exigiam seus direitos de mais de 25 anos negados pela Eletronorte, desde a construção da barragem de Tucuruí. A Via Campesina no Pará afirmou que a repressão se intensifica contra os trabalhadores e trabalhadoras que querem garantir justamente e reivindicar os seus direitos. A classe dominante no Brasil e no estado do Pará não tolera a existência de movimentos sociais organizados. O uso da violência e o processo de criminalização são os instrumentos utilizados.

As prisões aconteceram por ocasião da ocupação de cerca de 400 integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), nas obras das eclusas do rio Tocantins. Os trabalhadores rurais protestavam contra a violência no campo e reivindicam o avanço das negociações com a Eletronorte. Segundo liderança do MAB, desde 2004 os atingidos pela barragem de Tucuruí tentam assinar um convênio com a Eletronorte que beneficiaria mais de 900 famílias da região, com recursos para agricultura e criação de peixe em tanque-rede. No entanto, até agora, nenhum acordo foi firmado. Além disso, segundo dados da CPT, nos últimos três anos foram assassinadas 14 lideranças rurais nessa região, em decorrência da luta pela terra. A última vítima foi Raimundo Nonato, liderança de Tucuruí, brutalmente assassinado na porta de casa, no dia 16 de abril.

Ato contra criminalização

Mais de 150 pessoas se reuniram em Belém do Pará, para mais um Ato Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais. Organizado pela Via Campesina Pará e pelo Comitê de Apoio aos presos políticos de Tucuruí, a manifestação ocorreu na Praça Mártires de Abril, no centro de Belém.

Diversas foram as manifestações de solidariedade dos dirigentes e militantes das diversas organizações dos estudantes, sindicalistas, Ong's e pastorais sociais em favor da libertação dos presos políticos. O presidente da Sociedade Parense em Defesa dos Direitos Humanos, dr. Marco Apollo, que acompanha o caso, destacou a situação dos companheiros e companheiras que são acusados de 11 crimes, que se baseiam na Lei de Segurança Nacional.

O Ato também foi uma vigília, as pessoas reunidas na praça Mártires de Abril acenderam velas e lembraram das vítimas do massacre de Eldorados dos Carajás, do Sindicalista Raimundinho, da missionária Ir. Dorothy e tantos companheiros e companheiras que foram citados como exemplos de assassinatos no campo, vítimas do latifúndio, do agronegócio paraense e principalmente da impunidade.

Movimentos elaboraram uma carta ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Dês. Rômulo José Ferreira Nunes, para que ele emitisse uma decisão que revertesse as medidas tomadas contra os trabalhadores presos. Apenas 14 foram liberados. (MAB) ■



Diferença não é Incapacidade

O mito da tutela indígena

Leda Bosi - Sedoc

Este trabalho consiste numa versão atualizada e ampliada da Dissertação de Mestrado em Direito, apresentada pela autora no Programa de Pós-Graduação da UnB, em 2007. É um estudo profundo que conecta a temática do Direito Civil Constitucional com o Direito Indígena no Brasil. Segundo a autora, a parte essencial da pesquisa é o resgate, nas discussões filosóficas, teológicas e jurídicas do século XVI, da gênese da concepção da incapacidade indígena, com um histórico do direito indigenista desde o período colonial, dos momentos mais significativos da intervenção luso-espanhola sobre o continente, até a Constituição de 1988.

Considerando o texto constitucional de 1988 como um marco de ruptura com os paradigmas norteadores do modo de relacionamento com os povos indígenas, o trabalho divide-se em duas partes principais: Na primeira, procurou-se resgatar uma visão a respeito dos povos indígenas – do processo da conquista até os movimentos pré-constituinte e Constituinte – 1985/1988 no Brasil. Caminhou-se da negação de sua condição de pessoas humanas, à emergência de seu protagonismo político na construção de um Estado pluriétnico e multicultural. Esta primeira parte do texto está dividida em três capítulos. No primeiro, investiga-se como a concepção da incapacidade indígena surgiu no contexto das conquistas hispânicas no continente, dos debates teológicos e filosóficos da baixa Idade Média, destacando-se a importância da célebre Controvérsia de Valladolid entre Sepúlveda e Las Casas, em 1550, assim como a contribuição de Francisco de Vitória (1546) à idéia da infantilidade indígena. Há em seguida uma análise de como a crença na incapacidade indígena foi, aos poucos, construída e consolidada na política indigenista da Coroa Portuguesa no Brasil Colônia, até o fim do Reinado. O segundo capítulo mostra o desenvolvimento e a

consolidação da proteção tutelar indígena durante a República, desde o advento do Código Civil de 1916 até o Estatuto do Índio de 1973. Analisa-se o tratamento dado ao tema pela literatura jurídica do período, tendo como referência os sucessivos textos constitucionais em vigor e abordando o tratamento que recebeu dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. O capítulo terceiro enfoca a ruptura do indigenismo, nas décadas de 1970 e 1980, com o antigo paradigma da integração dos índios à comunhão nacional e a ascensão da idéia de uma democracia pluriétnica e multiculturalmente participativa. Destaca-se a importância do processo de emergência do movimento indígena com as chamadas *Assembléias de Chefes Indígenas*, inicialmente organizadas sob o patrocínio do Cimi, por meio de seus Regionais. Levantamento efetuado mostra que foram realizadas em todo o país, de 1974 a 1984, 57 *Assembléias Indígenas*. Os movimentos indígenas mostraram sua força no processo da Constituinte de 1985-1988.

A segunda parte do trabalho contém um panorama contemporâneo acerca do tema da capacidade civil e da tutela indígena. A análise é desenvolvida ao longo dos capítulos quatro e cinco. O capítulo quarto situa a ruptura da Constituição de 1988 com o antigo modelo de relacionamento do Estado brasileiro com os povos indígenas; interrupção representativa das conquistas obtidas pelos índios e por seus aliados no cenário constituinte. São identificados e analisados os elementos contidos no *caput* do artigo 231 da Constituição de 1988, cujas inovações são relacionadas ao texto da Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho. O quinto capítulo procura demonstrar como os novos paradigmas constitucionais se refletem na questão da capacidade civil e da tutela indígena. Para tanto, procede-se a novo diagnóstico do tratamento dado ao tema pela literatura jurídica, já sob o advento do Texto Constitucional de 1988, tanto na fase da vigência do Código Civil de 1916 quanto a partir do Código Civil de 2002.



Rosane Freire Lacerda
São Paulo : Baraúna, 2009
675 p.
Compra: www.editorabarauna.com.br

Segundo a conclusão da autora, a incapacidade indígena e o regime tutelar previstos na Lei 6.001/73 – Estatuto do Índio, perderam qualquer suporte de legitimidade que antes possuísem, enquanto mecanismos de proteção aos indígenas e seus bens. A principal razão é que desde a década de 1970, os povos indígenas assumiram o protagonismo e a interlocução direta nas suas lutas e nas iniciativas na busca pela defesa e pela efetivação de direitos, na medida em que se assumiram como sujeitos coletivos de direito.

O texto ressalta a carência de pesquisas e de literatura sobre a questão da capacidade civil e a tutela indigenista, que trate, de modo aprofundado, sua origem e desenvolvimento histórico, e que avalie criticamente a sua validade ou não no contexto constitucional atual. Ao final, além de uma rica bibliografia, é apresentado um Glossário com as principais expressões de cunho antropológico utilizadas ao longo do texto, bem como Apêndices com quadros comparativos e tabelas informativas detalhadas pela autora acerca dos elementos abordados na pesquisa. Há, ainda, dois tipos de Anexo, com ilustrações e documentos diversos. ■

Rosane Freire Lacerda – Advogada especializada em Direitos Indígenas. Mestre em Direito pela UnB. Foi assessora jurídica do Cimi por quase 20 anos. Atualmente é professora concursada da Universidade Federal de Goiás, campus de Jataí/GO.



Gravura presente no livro de Bartomeu Meliá "El Guaraní conquistado y reducido". P. 21

A GUERRA SANTA DE OBERÁ

Pouco se conhece sobre o passado guerreiro Guaraní, pois sua história está mesclada com a conquista do Paraguai e não com a conquista do Brasil.

Os Guaraní, divididos em várias nações, possuíam um território que englobava parte do atual Paraguai, o norte da Argentina, o norte do Rio Grande do Sul e o Oeste do Paraná. A conquista de suas terras não foi pacífica. De 1537 a 1615 houve cerca de 25 rebeliões, sendo que algumas delas colocaram em risco a presença dos castelhanos na região.

Estes levantes muitas vezes eram lideradas por *karaí*, pajés itinerantes, chamados também de *profetas*. Tais monges-guerreiros, pregavam o levante das aldeias contra a *escravização* espanhola e a imposição do cristianismo, que acabava com antigas tradições.

Em 1579 eclodiu um importante levante, liderado por *Oberá* (= o resplendor), *karaí* que atuou na região de Guarambaré, norte de Assunção, e no Guairá, atual oeste paranaense.

la de aldeia em aldeia, incentivando os indígenas a dançar e cantar para receber a força de Deus para enfrentar seus inimigos. Nesta tarefa era auxiliado por seu filho Guyraró, apresentado como *sumo pontífice*, e por quatro mestiços. Os Guaraní precisavam ser “desbatizados”, abandonando os nomes cristãos e retomando seus antigos nomes, além de precisar voltar às aldeias, libertando-se da escravidão.

A reação veio logo por parte do governador Juan de Garay, que foi ao encontro dos revoltosos de Guarambaré, liderados pelos caciques Tapuí-Guasú.

Imaginando que Oberá tivesse reais poderes divinos, Tapuí-Guasú mandou dois guerreiros enfrentar, nus e sem armas, o exército inimigo. Evidentemente foram mortalmente atingidos. Isto demonstrou que o poder daquele *karaí* não era tão ilimitado como imaginavam, o que levou o cacique a fazer um tratado de paz com os castelhanos.

Entretanto a resistência Guaraní continuava na região do Guairá. Ali, com suas

palavras, Oberá conseguiu reunir cerca de 3 mil guerreiros, que se ajuntaram numa grande aldeia, protegida por paliçadas, onde aguardaram o ataque espanhol.

As armas de fogo dos europeus foram mais destruidoras que os tradicionais arco e flecha. Cercados, não resistiram por muito tempo, tendo havido uma grande fuga, com muitos mortos, desaparecendo inclusive o *karaí* Oberá.

Alguns caciques tentaram retomar o combate. Um deles, que havia se refugiado no oco de uma árvore, identificando o capitão espanhol, acertou-o com uma flechada, derrubando-o. Imaginando que o tivesse morto, saiu do esconderijo, para comemorar a vitória, quando foi atingido por um tiro de arcabuz.

Na realidade o governador apenas caiu, conseguindo derrotar os Guaraní, que tiveram que se submeter aos espanhóis. De Oberá nunca mais se teve notícia, entrando para a história como um dos grandes líderes religiosos.

Benedito Preziosi
Historiador

APOIADORES

caritas



ORANIM